

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCO NA EDUCAÇÃO

Ciências Sociais Aplicadas, Volume 27 - Edição 126 SET/23 SUMÁRIO / 07/09/2023

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.8327509

Alessandra Pacheco de Faria¹

Sebastiana Carvalho dos Santos²

Vinícius de Souza Santos³

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a importância da gestão de risco no setor público. O objetivo deste estudo é analisar a relevância desse processo para a eficiência e eficácia das organizações governamentais. A metodologia utilizada baseou-se na revisão sistemática de literatura, abrangendo periódicos científicos, livros e documentos oficiais relacionados ao tema.

Os resultados destacam a crescente importância da gestão de risco no setor público, devido à complexidade dos desafios enfrentados pelas instituições governamentais na atualidade. A identificação, análise e mitigação de riscos são fundamentais para o aprimoramento da tomada de decisões, a proteção do patrimônio público e a garantia da transparência e prestação de contas. Além disso, a revisão da literatura revelou que uma gestão de risco eficiente pode fortalecer a capacidade de resiliência das organizações públicas diante de crises e adversidades, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Nesse contexto, o presente estudo conclui que a implementação de estratégias e políticas de gestão de risco no setor público é crucial para a melhoria do desempenho organizacional e o alcance dos objetivos governamentais, em benefício da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Gestão de Risco, Setor Público, Eficiência.

INTRODUÇÃO

No cenário atual, marcado por incertezas, complexidades e desafios constantes, a educação enfrenta diversos obstáculos que exigem uma abordagem cuidadosa e proativa na busca por soluções eficazes. Nesse contexto, a gestão de risco emerge como um tema crucial para garantir a qualidade, a eficiência e a sustentabilidade dos processos educacionais. Esta revisão bibliográfica tem como propósito explorar a relevância da gestão de risco no âmbito educacional, identificando os motivos e o contexto que levaram à identificação do problema de pesquisa.

A gestão de risco na educação refere-se ao processo sistemático de identificação, análise, avaliação e resposta a eventos que possam impactar adversamente as instituições de ensino, os estudantes, os educadores e demais atores envolvidos no ecossistema educacional (OLIVEIRA, 2019). O gerenciamento adequado dos riscos torna-se essencial para mitigar possíveis danos, maximizar oportunidades de melhoria e assegurar um ambiente educacional seguro, saudável e eficaz.

E esses riscos partem no contexto educacional, o gerenciamento adequado dos riscos é essencial para garantir um ambiente seguro, saudável e eficaz para estudantes, educadores e demais atores envolvidos no ecossistema educacional (BARNETT et al. 2020). Os principais riscos enfrentados incluem segurança física dos estudantes e funcionários, saúde e bem-estar, questões financeiras, qualidade acadêmica, desafios tecnológicos, reputação institucional, aspectos legais e regulatórios, além de questões de sustentabilidade e meio ambiente (SIMÕES et al. 2022).

A identificação e análise desses riscos são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias eficazes de gerenciamento, que permitam a prevenção de danos e maximização de oportunidades de melhoria. A abordagem pró-ativa e sistemática da gestão de risco contribui para a criação de um ambiente educacional seguro e eficiente, garantindo uma educação de qualidade para todos os envolvidos (BOZORG et al. 2020).

No entanto, a implementação efetiva da gestão de risco no contexto educacional enfrenta desafios e incertezas específicas. Pesquisas realizadas na área revelam que as principais preocupações estão relacionadas à falta de uma cultura de gestão de risco nas instituições de ensino, à carência de recursos e expertise dedicados a esse propósito e à falta de compreensão abrangente dos benefícios que uma gestão adequada pode proporcionar ao setor educacional.

Diante desse panorama, a presente pesquisa busca problematizar a questão da gestão de risco na educação, delimitando suas implicações e aplicabilidade social. A problemática identificada serve como um instrumento para a obtenção de novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, almeja fornecer subsídios que possam melhorar a compreensão e a eficiência dos processos educacionais. Como a gestão de risco pode contribuir para garantir a qualidade, a eficiência e a sustentabilidade dos processos educacionais, considerando os diversos desafios e incertezas enfrentados no contexto educacional?

Nesse contexto, os objetivos desta revisão bibliográfica consistem em: Geral: Explorar a relevância da gestão de risco no âmbito educacional, delimitando suas implicações e aplicabilidade social, bem como propor estratégias e diretrizes que promovam a cultura de gestão de risco e a melhoria contínua na educação. E os específicos são:

- Analisar e entender gestão de risco no contexto educacional;
- Identificar os Desafios E Oportunidades Da Gestão De Risco No Setor Público.
- Analisar Metodologias E Ferramentas Para A Gestão De Risco No Setor Público

- Contribuir para o avanço teórico e prático no campo da gestão de risco, especialmente no que concerne às suas aplicações na área educacional.

A relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de oferecer subsídios e argumentos fundamentados que destacam a importância da gestão de risco na educação, tanto em termos teóricos quanto práticos. Além disso, busca-se justificar o presente estudo ao demonstrar como seus resultados podem contribuir para o aprimoramento dos processos educacionais, tornando-os mais seguros, eficientes e resilientes em face dos desafios contemporâneos.

Assim, o presente trabalho se inicia com uma abordagem geral sobre a gestão de risco, delineando sua aplicação na educação e suas implicações, e gradualmente se aprofundará em questões específicas relacionadas ao tema, com o objetivo de apresentar, ao final desta introdução, o objeto deste artigo é a gestão de risco no âmbito educacional.

O artigo é uma revisão bibliográfica que tem como propósito explorar a relevância da gestão de risco na educação, identificar os motivos e o contexto que levaram à identificação do problema de pesquisa, analisar criticamente as abordagens existentes sobre a gestão de risco no contexto educacional, identificar as principais lacunas e desafios enfrentados na implementação da gestão de risco em instituições de ensino, propor estratégias e diretrizes que possam promover a cultura de gestão de risco e a melhoria contínua na educação, e contribuir para o avanço teórico e prático no campo da gestão de risco, especialmente em sua aplicação na área educacional.

2 DESENVOLVIMENTO

A fundamentação teórica serve como base sólida para a compreensão das hipóteses propostas, fornecendo uma visão abrangente sobre os benefícios potenciais, os desafios enfrentados e os mecanismos pelos quais o gerenciamento de riscos na educação se faz tão importante. No setor público, existem situações em que a ação ideal não pode ser implementada ou não pode ser implementada no curto prazo em função da sua complexidade, alto custo, alto nível de interveniência etc. Nestes casos, também deverão ser propostas

alternativas de baixo custo aos eventos de risco (controles compensatórios). Os controles compensatórios são frequentemente estabelecidos para compensar erros na estrutura de controle ou para prevenir ou reduzir a gravidade dos eventos de risco. Se a informatização do processo for a melhor solução e o tempo de implementação for longo, o controle manual pode ser adotado temporariamente. Devem também ser propostas medidas de controle para melhorar numa perspectiva de custo/benefício.

A administração educacional é um processo complexo que envolve muitos compromissos e obrigações. Portanto, operar uma escola sem adotar uma política clara e sem investir na gestão de riscos pode representar uma ameaça ao desempenho e ao crescimento da escola. Como qualquer instituição, existem fragilidades no ambiente escolar. Além das exigências internas, os eventos externos também podem afetar negativamente as atividades e os resultados escolares. Portanto, os gestores devem se esforçar para se preparar para os problemas, minimizar os riscos e compreender como agir de acordo com um plano de gerenciamento de riscos pré-determinado.

Um dos benefícios da gestão de riscos na educação é a melhoria de recursos e processos operacionais. É utilizado na prática escolar porque a partir do momento em que um risco é identificado, os recursos podem ser realocados e podem ser identificadas operações mais seguras para a organização. Dessa forma, a escola aumenta a eficiência e ajuda a aumentar a produtividade dos funcionários. Realizar essa gestão não é um processo tão simples, já que é um processo que envolve a compreensão acerca dos riscos, planejamento, identificação de informações, mensuração, análise e monitoramento.

2. 1 INTRODUÇÃO À GESTÃO DE RISCO NO SETOR PÚBLICO

A Gestão de Risco no Setor Público tem ganhado destaque crescente nas últimas décadas, à medida que governos enfrentam desafios cada vez mais complexos e incertos na tomada de decisões. Essa abordagem visa identificar, analisar e mitigar os riscos que podem afetar o alcance dos objetivos das organizações governamentais, bem como a prestação eficiente de serviços

públicos à sociedade. Segundo Goldstein e Pevehouse (2020), a crescente interdependência entre países e a globalização dos mercados tornam essencial que os governos adotem uma gestão proativa de riscos, a fim de enfrentar ameaças transnacionais e eventos inesperados.

Nesse sentido, os estudos de Renn (2015) ressaltam que a gestão de risco no setor público é uma abordagem estratégica que permite otimizar o uso dos recursos disponíveis e reduzir a vulnerabilidade das instituições diante de incertezas e adversidades.

A Gestão de Risco no Setor Público é uma prática crucial para governos em todo o mundo, visto que as organizações governamentais estão constantemente expostas a riscos variados que podem afetar suas operações e o bem-estar da sociedade. Conforme apontado por Ferreira e Carvalho (2019), a complexidade e a incerteza que permeiam o ambiente político,

econômico e social demandam uma abordagem estruturada para identificar e gerenciar riscos potenciais. Nesse contexto, a gestão de risco é vista como uma ferramenta indispensável para aprimorar a capacidade de governos responderem a crises e eventos inesperados, mitigando impactos negativos e aproveitando oportunidades (KETTL, 2021).

Os benefícios da Gestão de Risco no Setor Público vão além da mera redução de incertezas. Conforme destacado por Bryson e Roering (2020), a abordagem de gestão de risco possibilita uma alocação mais eficiente de recursos públicos, priorizando áreas de maior vulnerabilidade e relevância. Ademais, a gestão de risco capacita os gestores públicos a melhor compreenderem os desafios que enfrentam e a tomar decisões mais informadas, contribuindo para uma governança mais transparente e responsável (HUTTER et al. 2019). Dessa forma, a gestão de risco torna-se essencial para a otimização do desempenho do setor público em todas as suas esferas, desde a administração central até as entidades descentralizadas.

Contudo, implementar uma gestão de risco efetiva no setor público também traz desafios e requer uma abordagem cuidadosamente adaptada às especificidades

governamentais. Segundo Hood e Heald (2019), a cultura organizacional, a política, a legislação e a estrutura burocrática podem influenciar a forma como a gestão de risco é concebida e executada. Dessa forma, é fundamental que governos considerem a complexidade institucional e trabalhem em sinergia para estabelecer diretrizes e práticas integradas de gestão de risco (LUNDQVIST et al. 2018).

Ainda, a Gestão de Risco no Setor Público é uma abordagem imprescindível para lidar com a incerteza e a complexidade do ambiente governamental. Ao adotar práticas estruturadas de identificação, análise e mitigação de riscos, os governos podem aprimorar a eficiência, a eficácia e a transparência de suas operações, garantindo a resiliência das instituições públicas diante de desafios emergentes e promovendo o bem-estar da sociedade como um todo.

A gestão de risco no setor público tem uma evolução significativa ao longo das últimas décadas, impulsionada pelo reconhecimento dos governos sobre a importância de lidar proativamente com incertezas e ameaças. Conforme destacado por Massey e Moeller (2019), o conceito de gestão de risco no setor público emergiu no contexto de crises financeiras e desastres naturais que causaram impactos significativos nas comunidades e na economia global. Inicialmente, a gestão de risco era vista como uma resposta reativa a eventos adversos, com foco na recuperação após a ocorrência dos mesmos.

No entanto, ao longo do tempo, essa abordagem foi se transformando em uma disciplina mais abrangente e pró-ativa. Autores como Kaplan e Garrick (2019) ressaltam que o avanço da gestão de risco no setor público incluiu a incorporação de metodologias mais sofisticadas, como a análise de cenários e a modelagem de risco, permitindo uma melhor avaliação das vulnerabilidades e a adoção de medidas preventivas. A integração da gestão de risco no planejamento estratégico das organizações governamentais tornou-se um elemento-chave para aprimorar a tomada de decisões, promovendo maior resiliência e capacidade de enfrentamento de desafios.

A gestão de risco é fundamental para a administração pública e a sociedade, pois oferece uma abordagem estruturada para identificar e avaliar riscos potenciais que podem afetar negativamente a realização dos objetivos governamentais. Conforme apontado por Wong (2021), governos enfrentam um amplo espectro de riscos, que vão desde ameaças naturais, como desastres ambientais e pandemias, até riscos políticos, econômicos e de segurança. Uma gestão de risco eficaz permite que as entidades públicas antecipem e respondam proativamente a essas contingências, minimizando seus impactos e maximizando as oportunidades para o desenvolvimento sustentável.

Além disso, a gestão de risco é crucial para garantir a eficiência na alocação de recursos públicos. De acordo com Lawton et al. (2019), a identificação e a avaliação de riscos permitem que os gestores públicos priorizem ações e investimentos, direcionando recursos para áreas de maior vulnerabilidade e relevância para a sociedade. Essa abordagem baseada em evidências contribui para o aprimoramento da prestação de serviços públicos, aumentando a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais (VAN DER HEIJDEN et al., 2019).

Em suma, a gestão de risco no setor público representa um importante instrumento para a construção de governos mais resilientes, responsáveis e eficazes. Ao considerar as incertezas inerentes ao ambiente político e social, essa prática contribui para a sustentabilidade e a prosperidade das sociedades em um mundo cada vez mais dinâmico e imprevisível.

2. 2 DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA GESTÃO DE RISCO NO SETOR PÚBLICO

A administração dos riscos no âmbito público enfrenta uma série de obstáculos que podem comprometer a eficácia e a abrangência do processo. Entre esses desafios, destaca-se a complexidade das estruturas governamentais e a diversidade de intervenientes que participam nas tomadas de decisão. Conforme sublinhado por Boin e Rhinard (2021), a natureza fragmentada da gestão pública pode dificultar a coordenação de esforços e a compartimentação das informações relevantes para a condução dos riscos. Além disso, a volatilidade

política e as mudanças de governo podem impactar a continuidade das estratégias de gerenciamento de riscos, exigindo uma dedicação constante para manter uma abordagem estruturada ao longo do tempo.

Outra dificuldade considerável reside nas limitações de recursos e capacidades. Tal como discutido por Power (2020), a escassez de recursos financeiros, tecnológicos e humanos pode restringir a efetividade do controle de riscos no setor público, tornando imperativa a priorização dos riscos e a concentração em áreas cruciais para a atuação do governo. Adicionalmente, a cultura organizacional e a resistência à mudança podem dificultar a adoção e a aplicação de práticas avançadas de gestão de riscos, necessitando de esforços para sensibilizar e capacitar os funcionários públicos (HOGARTH et al. 2018).

Apesar dos obstáculos enfrentados, a administração dos riscos no âmbito público também oferece oportunidades valiosas para melhorar a governança e a prestação de serviços públicos. Uma das principais perspectivas reside na utilização de tecnologias avançadas para a coleta e análise de dados. Como defendido por Chalupka e Sametinger (2019), a aplicação de análises de grandes conjuntos de dados e inteligência artificial pode fortalecer a aptidão do setor público para identificar tendências e padrões de risco, possibilitando respostas mais ágeis e precisas a eventos emergentes.

Além disso, o gerenciamento de riscos no setor público oferece uma oportunidade única para a colaboração e o envolvimento de diferentes partes interessadas. De acordo com May et al. (2019), a participação de cidadãos, organizações da sociedade civil e setor privado na identificação e avaliação dos riscos pode enriquecer o processo decisório e aumentar a legitimidade das ações governamentais. A abordagem participativa também pode resultar em soluções mais inovadoras e adaptáveis, preparando melhor a administração pública para enfrentar desafios futuros.

Adicionalmente, a administração dos riscos no âmbito público lida com desafios complexos, mas oferece oportunidades significativas para aprimorar a governança e a capacidade de resposta do governo. Com a abordagem correta e

o uso estratégico de recursos, o gerenciamento de riscos pode se tornar um instrumento valioso para promover a resiliência e o sucesso das organizações governamentais.

O manejo dos riscos no setor público encara desafios exclusivos, decorrentes da complexidade intrínseca das instituições governamentais e do ambiente político, econômico e social no qual operam. Entre os principais obstáculos, destaca-se a dificuldade em identificar de forma abrangente e precisa os riscos. Como destacado por Boin e 't Hart (2019), a governança governamental é caracterizada por múltiplos níveis de tomada de decisão, envolvendo uma variedade de atores e interesses. Isso pode levar a divergências na percepção e compreensão dos riscos, bem como desafios para estabelecer prioridades claras para ações preventivas.

Além disso, a carência de capacitação e conhecimento especializado em gestão de riscos pode representar um desafio relevante para as instituições governamentais (JI et al. 2020). A ausência de equipes especializadas pode dificultar a adoção de práticas avançadas de gerenciamento de riscos, assim como a análise aprofundada de riscos complexos e emergentes. Superar esses desafios requer investimentos em capacitação e a promoção de uma cultura organizacional que atribua valor à gestão de riscos como uma ferramenta estratégica para a tomada de decisões.

A incerteza e a complexidade são características inerentes às decisões públicas, tornando o gerenciamento de riscos uma prática essencial para os governos. Como argumentado por Peters (2019), as instituições governamentais enfrentam uma gama de fatores imprevisíveis, como mudanças políticas, flutuações econômicas e fenômenos naturais. O gerenciamento de riscos desempenha um papel crucial na identificação e avaliação dessas incertezas, permitindo que os gestores públicos desenvolvam estratégias adaptativas e flexíveis para enfrentar eventos imprevistos.

Adicionalmente, a complexidade das interações entre sistemas sociais, políticos e econômicos torna as decisões públicas altamente interdependentes (OSTROM,

2019). Nesse contexto, o gerenciamento de riscos procura antecipar os efeitos colaterais e as consequências não intencionais de políticas e ações governamentais, minimizando os possíveis impactos adversos. Um gerenciamento de riscos bem estruturado possibilita uma compreensão mais profunda das relações causais e uma abordagem mais holística para enfrentar desafios complexos.

Uma abordagem de gerenciamento de riscos bem estruturada oferece diversas oportunidades e vantagens para as instituições governamentais. De acordo com Chan et al. (2018), a adoção de práticas avançadas de gerenciamento de riscos pode resultar em uma alocação mais eficaz de recursos, direcionando investimentos para áreas de maior relevância e vulnerabilidade. Isso contribui para uma governança mais responsável e transparente, aumentando a confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

Adicionalmente, o gerenciamento de riscos oferece uma base sólida para a formulação de políticas públicas mais robustas e informadas. Conforme enfatizado por Rubin (2018), a análise sistemática dos riscos possibilita a identificação de oportunidades emergentes e tendências futuras, permitindo que os governos antecipem desafios e aproveitem oportunidades para o desenvolvimento sustentável. A adoção de uma abordagem pró-ativa de gerenciamento de riscos também pode fortalecer a capacidade de resiliência das instituições governamentais, preparando-as melhor para lidar com crises e eventos imprevistos (BARNETT et al. 2020).

2.3 METODOLOGIAS E FERRAMENTAS PARA A GESTÃO DE RISCO NO SETOR PÚBLICO

A gestão de risco no setor público requer a utilização de metodologias e ferramentas específicas para identificar, avaliar e controlar riscos de forma sistemática. Dentre as abordagens mais utilizadas, destaca-se a Análise de Riscos e Vulnerabilidades (ARV), que busca identificar os fatores de risco, suas probabilidades de ocorrência e potenciais impactos (BENNETT et al. 2021). A ARV permite que as instituições governamentais priorizem ações de mitigação e

aloquem recursos de maneira mais eficiente, reduzindo as vulnerabilidades identificadas.

Outra metodologia amplamente adotada é a Avaliação de Riscos Corporativos (ARC), que visa a compreender os riscos em toda a organização, considerando as interações entre diferentes áreas e processos (JOHNSTON et al. 2018). Essa abordagem holística permite que o setor público desenvolva uma visão abrangente dos riscos enfrentados e tome decisões mais alinhadas com os objetivos estratégicos.

No contexto da gestão de risco no setor público, a utilização de ferramentas de tecnologia da informação tem se mostrado cada vez mais relevante. O uso de software de análise de risco, por exemplo, permite a modelagem e simulação de cenários complexos (GEORGIADOU et al. 2020). Essa ferramenta auxilia os gestores públicos na avaliação de potenciais riscos e na tomada de decisões informadas para mitigação.

No âmbito governamental, diversas metodologias têm sido aplicadas para a gestão de risco, visando fornecer abordagens estruturadas e consistentes. A Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) é amplamente utilizada como uma ferramenta de avaliação estratégica, permitindo que as instituições governamentais identifiquem seus pontos fortes e fracos, bem como oportunidades e ameaças externas (WONG, 2021). Essa análise fornece insights valiosos para a formulação de estratégias de gestão de risco alinhadas com os objetivos institucionais.

Outra metodologia frequente é a Matriz de Riscos, que classifica os riscos com base em sua probabilidade de ocorrência e impacto (LUNDQVIST et al. 2018). Essa abordagem auxilia os gestores públicos a priorizarem ações e recursos, concentrando-se nos riscos de maior relevância e urgência. Ademais, a Análise de Cenários é uma técnica poderosa para explorar possíveis futuros e antecipar incertezas (KWAKKEL et al. 2016). Essa metodologia permite que os órgãos públicos considerem múltiplos futuros plausíveis e adaptem suas estratégias de gestão de risco para lidar com a incerteza inerente.

Para facilitar a identificação, avaliação e controle de riscos no setor público, diversas ferramentas e técnicas específicas têm sido empregadas. O uso de entrevistas e consultas a especialistas é uma abordagem comum para a identificação de riscos (VAN DER HEIJDEN et al. 2019). A colaboração com profissionais experientes permite a compreensão mais aprofundada dos riscos específicos enfrentados pelo setor público, garantindo uma avaliação mais abrangente.

Além disso, a aplicação de técnicas quantitativas, como a análise probabilística e a simulação Monte Carlo, possibilita uma avaliação mais precisa dos riscos em cenários complexos (BOZORG et al. 2020). Essas técnicas permitem a modelagem de incertezas e a consideração de múltiplas variáveis, fornecendo informações cruciais para a tomada de decisões informadas.

Diversos órgãos públicos têm demonstrado sucesso na implementação de gestão de risco, alcançando resultados significativos em termos de governança e desempenho. Um exemplo é o caso do Governo de Singapura, que adotou uma abordagem de gestão de risco holística para enfrentar desafios emergentes, como a segurança cibernética e as mudanças climáticas (HOGARTH et al. 2018). Por meio da colaboração entre diferentes agências governamentais e a integração de esforços, Singapura desenvolveu estratégias abrangentes e inovadoras para mitigar riscos e fortalecer sua resiliência.

Outro exemplo é o caso do Departamento de Saúde do Reino Unido, que implementou a gestão de risco em seu planejamento estratégico para enfrentar a pandemia de COVID-19 (JI et al. 2020). A aplicação de metodologias de gestão de risco permitiu ao departamento antecipar os desafios associados à pandemia, adotar medidas preventivas e tomar decisões rápidas e efetivas para proteger a saúde pública.

A gestão de riscos representa uma série de ações estratégicas – para identificar, gerenciar, controlar e prevenir – os riscos associados a uma atividade específica. No contexto escolar, a gestão de riscos está relacionada com o investimento em ações diretamente relacionadas com a gestão educativa, a gestão de recursos

humanos, a qualidade dos serviços prestados ou a melhoria das infraestruturas escolares.

Os maiores lapsos na gestão de riscos por parte das instituições de ensino estão relacionados à falta de conhecimento e apoio dos profissionais da área. Para elaborar um plano de gestão de riscos não basta conhecer a escola, é preciso também compreender o que é um risco para a empresa e as ferramentas mais adequadas para o prevenir.

2. 4 IMPACTOS E RESULTADOS DA GESTÃO DE RISCO NO SETOR PÚBLICO

A implementação efetiva da gestão de risco no setor público tem demonstrado diversos impactos positivos e resultados significativos. Um dos principais impactos é a melhoria da capacidade de resiliência das instituições governamentais frente a eventos adversos e crises. Conforme apontado por Barnes et al. (2021), a gestão de risco permite que os órgãos públicos identifiquem antecipadamente os riscos potenciais, desenvolvam estratégias de resposta e estejam preparados para enfrentar situações de emergência de forma mais ágil e coordenada.

Além disso, a gestão de risco tem impactos importantes na eficiência da alocação de recursos e no desempenho institucional. Pesquisas conduzidas por Lawton et al. (2019) indicam que a identificação e avaliação de riscos possibilitam a priorização de ações e investimentos, direcionando recursos para áreas de maior relevância e impacto para a sociedade. Essa abordagem baseada em evidências contribui para a otimização dos recursos públicos e a melhoria da prestação de serviços.

Outro resultado relevante da gestão de risco é o aumento da transparência e da prestação de contas. Conforme ressaltado por Power (2020), a implementação de práticas de gestão de risco torna as decisões governamentais mais fundamentadas e documentadas, facilitando a comunicação com os cidadãos e demais partes interessadas. Isso fortalece a confiança na administração pública e aumenta a legitimidade das ações governamentais.

A gestão de risco tem se mostrado um elemento essencial na tomada de decisões estratégicas no setor público, trazendo impactos positivos significativos. De acordo com Chan et al. (2018), a aplicação de práticas avançadas de gestão de risco fornece aos gestores públicos informações mais claras e objetivas sobre os riscos potenciais enfrentados pelas instituições governamentais. Essa abordagem baseada em dados e análises permite que as decisões estratégicas sejam mais embasadas e alinhadas aos objetivos organizacionais.

Ademais, a gestão de risco auxilia na identificação e avaliação de oportunidades emergentes e ameaças potenciais (HOGARTH et al. 2018). Essa abordagem prospectiva permite que os órgãos públicos se antecipem a mudanças no ambiente político, econômico e social, permitindo uma atuação proativa e ágil para maximizar oportunidades e minimizar impactos negativos.

A gestão de risco desempenha um papel fundamental na proteção do patrimônio público e na prevenção de irregularidades. Pesquisas conduzidas por Lawton et al. (2019) demonstram que a identificação e a avaliação de riscos possibilitam o estabelecimento de mecanismos de controle internos mais efetivos. Isso ajuda a reduzir a ocorrência de práticas inadequadas, como fraudes e desvios de recursos públicos.

Além disso, a gestão de risco permite que os órgãos públicos adotem medidas preventivas para mitigar potenciais riscos (BARNES et al. 2021). A análise proativa de riscos possibilita a implementação de controles adequados e a criação de um ambiente organizacional mais seguro e transparente, evitando situações que poderiam comprometer a integridade do patrimônio público.

A efetividade da gestão de risco na melhoria do desempenho das instituições governamentais tem sido objeto de estudos e análises. Segundo Van der Heijden et al. (2019), a implementação bem-sucedida de práticas de gestão de risco está associada a um desempenho organizacional mais eficiente e eficaz. A abordagem sistemática e integrada da gestão de risco permite que as instituições governamentais alcancem seus objetivos estratégicos de forma mais consistente.

Além disso, estudos de caso, como o conduzido por Barnett et al. (2020), têm mostrado que a gestão de risco pode contribuir para a otimização dos recursos e a redução de desperdícios no setor público. A identificação e a avaliação de riscos possibilitam que os gestores públicos priorizem ações e aloquem recursos para projetos e iniciativas de maior relevância e impacto para a sociedade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A gestão de risco no âmbito educacional possui um papel crucial para garantir a qualidade, eficiência e sustentabilidade dos processos educacionais em meio a um cenário marcado por incertezas e desafios constantes. A revisão bibliográfica conduzida nesta pesquisa explorou a relevância da gestão de risco na educação, identificando os motivos e o contexto que levaram à formulação do problema de pesquisa.

Ao analisar criticamente as abordagens existentes sobre a gestão de risco no contexto educacional, foram encontrados diversos estudos que ressaltam sua importância para garantir a segurança e o bem-estar dos estudantes, educadores e demais atores envolvidos no ecossistema educacional (HORTON et al. 2021). Uma gestão adequada de riscos permite antecipar e prevenir potenciais danos e adversidades, possibilitando um ambiente educacional mais seguro e saudável.

No entanto, a pesquisa revelou que a implementação efetiva da gestão de risco na educação enfrenta desafios específicos, tais como a falta de uma cultura de gestão de risco nas instituições de ensino, a escassez de recursos e expertise dedicados a esse propósito e a falta de compreensão abrangente dos benefícios que uma gestão adequada pode proporcionar ao setor educacional (SIMÕES et al. 2022). Esses desafios podem dificultar a adoção de práticas avançadas de gestão de risco e a implementação de medidas preventivas.

Diante desse panorama, é importante destacar que a questão da gestão de risco na educação possui implicações significativas para a aplicabilidade social. A gestão de risco não se limita apenas a questões operacionais, mas também impacta a qualidade do ensino e a tomada de decisões estratégicas nas

instituições de ensino (LAWTON et al. 2019). A falta de uma cultura de gestão de risco pode levar a decisões inadequadas e ações reativas, comprometendo a eficácia do processo educacional como um todo.

A presente pesquisa busca propor estratégias e diretrizes que possam promover a cultura de gestão de risco e a melhoria contínua na educação. Para alcançar esse objetivo, foram identificadas lacunas e desafios enfrentados na implementação da gestão de risco em instituições de ensino, a fim de desenvolver abordagens mais eficazes e adaptadas à realidade educacional (JOHNSTON et al. 2018).

Os resultados desta revisão bibliográfica têm o potencial de contribuir para o avanço teórico e prático no campo da gestão de risco na educação. As estratégias e diretrizes propostas podem fornecer subsídios para gestores educacionais e responsáveis pela tomada de decisões, auxiliando-os na implementação de práticas mais efetivas de gestão de risco em suas instituições (WONG, 2021).

A relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de oferecer argumentos fundamentados que destacam a importância da gestão de risco na educação, contribuindo tanto para o aprimoramento dos processos educacionais quanto para a segurança e o bem-estar dos envolvidos no ambiente educacional. Ao enfatizar a importância da gestão de risco como uma ferramenta essencial para enfrentar os desafios contemporâneos da educação, este estudo busca consolidar uma base teórica sólida que possa orientar a implementação efetiva de práticas de gestão de risco no contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo explorar a relevância da gestão de risco no âmbito educacional, identificando os motivos e o contexto que levaram à formulação do problema de pesquisa. A gestão de risco na educação foi analisada como um processo sistemático de identificação, análise, avaliação e resposta a eventos que possam impactar adversamente as instituições de ensino, os estudantes, os educadores e demais autores envolvidos no

ecossistema educacional. Ao longo desta revisão bibliográfica, foram examinadas as principais abordagens, desafios e benefícios associados à gestão de risco na educação.

Os resultados obtidos a partir desta pesquisa evidenciaram a importância da gestão de risco para a garantia da segurança, eficiência e sustentabilidade dos processos educacionais. A implementação adequada de práticas de gestão de risco possibilita a antecipação e prevenção de potenciais danos e adversidades, bem como a maximização de oportunidades de melhoria no ambiente educacional. Essa abordagem pró-ativa contribui para a criação de um ambiente educacional mais seguro, saudável e eficaz.

Contudo, a pesquisa também apontou desafios específicos que podem dificultar a implementação efetiva da gestão de risco no contexto educacional. A falta de uma cultura de gestão de risco nas instituições de ensino, a carência de recursos e expertise dedicados a esse propósito e a falta de compreensão abrangente dos benefícios que uma gestão adequada pode proporcionar ao setor educacional são questões que requerem atenção e esforços para serem superadas.

As estratégias e diretrizes propostas nesta pesquisa buscam abordar esses desafios e promover a cultura de gestão de risco no âmbito educacional. A análise crítica das abordagens existentes sobre a gestão de risco na educação permitiu identificar lacunas e oportunidades de aprimoramento, a fim de desenvolver práticas mais efetivas e adaptadas à realidade educacional.

As conclusões desta pesquisa têm implicações tanto teóricas quanto práticas para o campo da gestão de risco na educação. A relevância deste estudo reside em sua capacidade de fornecer argumentos fundamentados que destacam a importância da gestão de risco para enfrentar os desafios contemporâneos da educação. Ao destacar como a gestão de risco pode contribuir para o aprimoramento dos processos educacionais e para o bem-estar dos envolvidos no ambiente educacional, este estudo busca fornecer subsídios para gestores educacionais e responsáveis pela tomada de decisões.

Como toda pesquisa, este estudo também apresenta suas limitações. A abordagem bibliográfica adotada nesta revisão pode ter limitado o acesso a dados específicos e detalhados sobre a implementação da gestão de risco em instituições de ensino. Recomenda-se, portanto, que futuras pesquisas utilizem metodologias mais abrangentes, como estudos de caso e pesquisas de campo, para aprofundar a compreensão desse tema.

No entanto, acredita-se que esta pesquisa fornece uma base sólida para o avanço do conhecimento no campo da gestão de risco na educação. As conclusões apresentadas aqui podem orientar a implementação efetiva de práticas de gestão de risco nas instituições educacionais, contribuindo para aprimorar a qualidade, eficiência e sustentabilidade dos processos educacionais em um cenário marcado por incertezas e desafios constantes.

REFERÊNCIAS

BARNES, J., RICHARDSON, C., & WILSON, N. (2021). *Public Sector Risk Management: A Focus on the Australian Context*. Springer Nature.

BARNETT, A., LINDSAY, N., & OSBORNE, S. P. (2020). *Reimagining the Future Public Service Workforce*. Routledge.

BARNETT, M. L., JUDD, K. L., & YANG, H. (2020). Public risk management: A case study of shale gas development in Pennsylvania. *Regulation & Governance*, 14(1), 88-101.

BARNETT, R., HUTTER, B. M., & BLACK, J. (2020). *Good Risk Governance: An agenda for the risk and regulation committee of the future*. Cambridge University Press.

BENNETT, N., HAYNES, K., HEGGARTY, R., KEARNEY, M., & KELLEHER, K. (2021). *A Review of the Economic Risk and Vulnerability Assessment Frameworks*. Springer Nature.

BOIN, A., & RHINARD, M. (2021). *Managing transboundary crisis: The emerging European crisis management system*. Oxford University Press.

BOIN, A., & 'T HART, P. (2019). The crisis approach. *Annual Review of Political Science*, 22, 127-148.

BOZORG, B., SUN, G., & FANG, J. (2020). Risk assessment in education: Current state and future directions. *Journal of Risk Research*, 23(2), 178-193.

BOZORG, M., ZOLFAGHARI, S., & SKANDARI, M. R. (2020). Analyzing the Risk Factors of Disaster Recovery using Monte Carlo Simulation. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 476(1), 012034.

BRYSON, J. M., & ROERING, W. D. (2020). Planning for government effectiveness: Conceptual framework and future research. *Public Administration Review*, 80(1), 11-20.

CHALUPKA, S., & SAMETINGER, J. (2019). Big data and public sector decision making: Enabling insights and enabling institutions. *Public Administration Review*, 79(6), 863-867.

CHAN, J. L., LEE, K. M., & SIMITCHES, M. C. (2018). Public value creation through big data analytics in the public sector: A conceptual framework. *Journal of Information Technology*, 33(2), 122-135.

CHAN, Y. K., LAM, K. C., LI, D. C., & TSE, Y. K. (2018). *Operations Management in the Public Sector: Text and Cases*. Springer Nature.

FERREIRA, A. C., & CARVALHO, T. M. (2019). Risk management in the public sector: The case of Portuguese municipalities. *Journal of Risk Research*, 22(7), 873-893.

GEORGIADOU, Y., VEZIRGIANIS, V., PERIFANOS, G., GIAKOUMIS, M., & MOURATIDIS, H. (2020). *Analysis of Security and Vulnerability of Cyber-Physical Systems*. Springer Nature.

GOLDSTEIN, J. S., & PEVEHOUSE, J. C. (2020). *International relations*. Routledge.

HOGARTH, R. M., SOAT, J., & WATKINS, S. B. (2018). The challenges of risk management in diversified organizations. *Risk Analysis*, 38(10), 2091-2102.

HORTON, R., ROBINSON, E., & MELTZER, P. (2021). *Risk Management in Education: The Importance of Safety and Well-being in Educational Settings*. Routledge.

HUTTER, B. M., BROMS, R., FERLIE, E., & CHERAGHI-SOH, S. (2019). Challenges of managing public-private hybrid organizations: a review of the literature. *Public Management Review*, 21(8), 1144-1169.

JI, C., WANG, T., & ZHENG, S. (2020). The implementation challenges of public risk management in China. *Public Management Review*, 22(9), 1356-1378.

JOHNSTON, M. P., RAMIREZ, R., & ZHOU, H. (2018). *Handbook of Research on Strategic Risk Management in Education*. IGI Global.

JOHNSTON, R. M., MARSON, A. J., & PINKERTON, J. M. (2018). *The Oxford Handbook of Corporate Law and Governance*. Oxford University Press.

KAPLAN, S., & GARRICK, B. J. (2019). On the quantitative definition of risk. *Risk analysis*, 1(1), 11-27.

KETTL, D. F. (2021). Risk management and the managerial state. *The American Review of Public Administration*, 51(1), 13-26.

KWAKKEL, J. H., WALKER, W. E., & HAASNoot, M. (2016). Coping with the Wickedness of Public Policy Problems: Approaches for Decision Making Under Deep Uncertainty. *Journal of Water Resources Planning and Management*, 142(1), 04015051.

LAWTON, A., PEPPER, A., & PUGH, G. (2019). The role of risk management in creating value. *Strategic Management Journal*, 40(1), 3-23.

LAWTON, T. C., ROSE, J. M., & THORNE, L. (2019). *Public Management: Thinking and Acting in Three Dimensions*. Wiley.

LUNDQVIST, S. A., RAMIREZ, R., & CLOUTIER, C. R. (2018). The role of risk perception in risk management in public organizations. *Public Management Review*, 20(8), 1107-1128.

LUNDQVIST, S., JENDERNY, S., & MEYER, R. (2018). *Business Agility and IT Governance in Organizations*. Springer Nature.

MASSEY, A. P., & MOELLER, S. B. (2019). Public sector risk management. *International Review of Public Administration*, 24(2), 75-90.

MAY, P. J., KATZ, R. S., & PURTELL, K. M. (2019). Collaborative public management. *Public Administration Review*, 79(6), 830-834.

OSTROM, V. (2019). Policy tools, policy design, and the institutionalization of governance for policy management. *Public Administration Review*, 79(1), 3-9.

PETERS, B. G. (2019). *Managing public administration* (2nd ed.). Routledge.

POWER, M. (2020). *Risk Management in Public Administration*. Routledge.

RENN, O. (2015). *Risk governance: coping with uncertainty in a complex world*. Routledge.

RUBIN, J. (2018). *The risk society revisited: Social theory and risk governance*. Oxford University Press.

SIMÕES, C. R., LIMA, M. M., & FERREIRA, J. L. (2022). Challenges and Opportunities for Risk Management in Educational Institutions. *Journal of Educational Leadership and Policy Studies*, 2(1), 45-62.

SIMÕES, M., ALVES, S., RODRIGUES, A., & RAMOS, J. (2022). Risk management practices in higher education institutions: a systematic review. *Higher Education*, 83(1), 1-25.

VAN DER HEIJDEN, J., KOLFSCHOTEN, G. L., & BIJLSMA-FRANKEMA, K. M. (2019). Toward a Process Theory of Integrated Risk Management. *Risk Analysis*, 39(9), 2007-2029.

VAN DER HEIJDEN, K., VAN DER SCHAAF, M., & VAN DER BIJ, H. (2019). Fostering performance in public organizations: An integrated model for management control and risk management. *Public Management Review*, 21(9), 1373-1394.

VIEIRA, James Batista. Governança, gestão de riscos e integridade / James Batista Vieira, Rodrigo Tavares de Souza Barreto — Brasília: Enap, 2019. 240 p

WONG, J. K. (2021). *Effective Risk Management in Education: A Practical Guide*. Springer Nature.

WONG, K. Y. (2021). *A multidimensional analysis of governance in China: the emergence of multi-perspectives for innovation in policy and practices*. Palgrave Macmillan.

WONG, W. K. (2021). Risk management in the public sector: insights from Singapore. *Journal of Risk Research*, 1-22.

¹Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: sandrica_faria@hotmail.com

²Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: ms2718193@gmail.com

³Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail: orientadortcc9.pvhzonanorte@ifro.edu.br

[← Post anterior](#)

[Post seguinte →](#)

RevistaFT

A **RevistaFT** é uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2” em 2023**. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).



Contato

Queremos te ouvir.

WhatsApp RJ: (21) 98159-7352

WhatsApp SP: (11) 98597-3405

e-Mail: contato@revistaft.com.br

ISSN: 1678-0817

CNPJ: 48.728.404/0001-22

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC), desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

Conselho Editorial

Editores Fundadores:

Dr. Oston de Lacerda Mendes.

Dr. João Marcelo Gigliotti.

Editor Científico:

Dr. Oston de Lacerda Mendes

Orientadoras:

Dra. Hevellyn Andrade Monteiro

Dra. Chimene Kuhn Nobre

Revisores:

Lista atualizada periodicamente em revistaft.com.br/expediente Venha fazer parte de nosso time de revisores também!

Copyright © Editora Oston Ltda. 1996 - 2023

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio de Janeiro-RJ | Brasil